



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Judiciária

Caderno de Prova, Cargo 01, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A B C D E
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Março/2008

CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto que segue.

Pessimismo e otimismo

Achar que um pessimista pode ser um tipo interessante é coisa de otimistas – e eu assino embaixo. Confesso, aliás, que tenho uma séria inclinação para o pessimismo, mas entendo que ela se deve, justamente, à porção de otimismo que também está em mim. Não, leitor, não alimento o prazer de formular paradoxos gratuitos; deixe-me fundamentar este.

Os otimistas costumam achar muita graça no mundo, seja porque já a encontraram, seja porque estão certos de que ainda a encontrarão. Mas às vezes esse otimismo é tão grande que passa a ser demasiado exigente, e só se contentará com o êxtase da suprema felicidade. Como esta é raríssima, e quando chega costuma ser passageira, o otimista passa a temperar sua expectativa com um pouco de pessimismo só para engrandecer ainda mais o êxtase almejado. Complicado? Mas quem disse que somos simples?

Outro dia recortei da Internet este fragmento de um blog, que vai um pouco na direção das minhas convicções:

Penso que a maioria das pessoas tende a associar pessimismo a inatividade e paralisia, e otimismo a entusiasmo e iniciativa. Via de regra, é precisamente o oposto que é verdadeiro: em seu deslumbramento, os otimistas, que diante de tudo se ofuscam, a nada se apegam. Por outro lado, em sua lucidez, aos pessimistas é dado enxergar na escuridão a imagem do que lhes seria essencial, e sentem-se como ninguém compelidos a agarrar-se a ela.

É isso. O pessimista não é inimigo das idealizações, muito pelo contrário. E alguém já disse: Sou pessimista de cabeça e otimista de coração. A frase é esperta, pois leva a admitir um convívio ameno entre as inclinações para a mais rigorosa lucidez e para a mais generosa sensibilidade. Mas é também verdadeira: qualquer um de nós pode admiti-lo durante a simples operação de folhear um jornal. O homem-bomba resolveu sacrificar-se na companhia de quinze adversários políticos? A humanidade não tem jeito. O pequeno e sofrido país asiático teve sua independência reconhecida e amparada pela ONU? Nem tudo está perdido. No noticiário da TV, e ao vivo: o marido enciumado seqüestrou a própria mulher e ameaça matá-la diante das câmeras? O mundo é mesmo um horror... Horas depois, ainda ao vivo, o homem depõe a arma e entrega-se à polícia, aos prantos? Esta vida é comovente...

Pensando agora em nosso país: haverá algum outro que tantas razões dê a seus cidadãos para serem otimistas e pessimistas a um tempo? Parece já fazer parte da nossa cultura esse amálgama de expectativas contrárias: ora “o Brasil não tem jeito mesmo”, ora “este é o melhor país do mundo”. Diante

dos extremos, as pessoas sensatas recomendam o equilíbrio que nega as polaridades, pois “a verdade está no meio”. Pois eu prefiro manter a opinião de que a verdade dos otimistas é, no fundo, uma aliada da verdade dos pessimistas. A prova de que não somos uma coisa só está em cada dia que amanhece: o leitor acordou hoje pessimista ou otimista? Seja qual for a resposta, só posso lhe dizer: – Conserve-se assim, e até amanhã.

(Sérgio Ruiz Taborda)

1. Considerando-se o contexto, pessimismo e otimismo são considerados pelo autor do texto como inclinações

- (A) alternadas e inconciliáveis.
- (B) contraditórias e complementares.
- (C) opostas e inconciliáveis.
- (D) definitivas e excludentes.
- (E) equivalentes e harmônicas.

2. Os pessimistas não são inimigos das idealizações porque, no fundo, eles

- (A) as preservam como o parâmetro de uma negatividade essencial.
- (B) as descartam apenas para um maior desfrute dos prazeres cotidianos.
- (C) lhes atribuem a virtude de nos encerrar numa prazerosa imobilidade.
- (D) lhes atribuem a faculdade de relativizar o valor das altas expectativas.
- (E) as consideram um caminho seguro para a experiência dos êxtases.

3. Considere as seguintes afirmações:

- I. O autor do texto justifica a formulação de paradoxos gratuitos ao considerá-la um válido e necessário recurso estilístico.
- II. A introjeção de algum pessimismo num otimista deve-se, por vezes, a um altíssimo grau de expectativa por êxtases supremos.
- III. Os jornais e os noticiários de TV levam-nos a emoções ambivalentes porque nosso humor é extremamente variável.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

4. Considerando-se o contexto, encontram-se numa relação **opositiva** os seguintes elementos do texto:

- (A) *esta é raríssima / costuma ser passageira.*
- (B) *demasiado exigente / rigorosa lucidez.*
- (C) *seu deslumbramento / sua lucidez.*
- (D) *convívio ameno / generosa sensibilidade.*
- (E) *nossa cultura / amálgama de expectativas contrárias.*

<p>5. Considerando-se o contexto, traduz-se com equivalência o sentido de uma expressão do texto em:</p> <p>(A) <i>eu assino embaixo</i> = retifico o que está acima.</p> <p>(B) <i>temperar sua expectativa</i> = apurar sua confiança.</p> <p>(C) <i>inimigo das idealizações</i> = infenso ao pragmatismo.</p> <p>(D) <i>amálgama de expectativas contrárias</i> = eliminação das contradições.</p> <p>(E) <i>nega as polaridades</i> = recusa os extremos.</p>	<p>9. Do mesmo modo como a expressão <i>prazer de formular paradoxos</i> equivale, no contexto, a prazer da formulação de paradoxos, assim também equivalerá a</p> <p>(A) <i>tenho uma séria inclinação para o pessimismo</i> a expressão inclina-me seriamente o pessimismo.</p> <p>(B) <i>costumam achar muita graça no mundo</i> a expressão costumam engrajar muito o mundo.</p> <p>(C) <i>só para engrandecer ainda mais o êxtase</i> a expressão só para um engrandecimento ainda maior do êxtase.</p> <p>(D) <i>sentem-se como ninguém compelidos a agarrar-se</i> a expressão sentem-se como que compulsivos em agarrar-se.</p> <p>(E) <i>leva a admitir um convívio ameno</i> a expressão é levado a admitir haver ameno convívio.</p>
<p>6. A frase que admite transposição para a voz passiva é:</p> <p>(A) <i>A prova de que não somos uma coisa só está em cada dia que amanhece.</i></p> <p>(B) <i>Outro dia recortei da Internet este fragmento de um blog (...).</i></p> <p>(C) <i>A humanidade não tem jeito.</i></p> <p>(D) <i>O pessimista não é inimigo das idealizações, muito pelo contrário.</i></p> <p>(E) <i>Nem tudo está perdido.</i></p>	<p>10. O pessimista não é <u>inimigo das</u> idealizações, pois tem <u>apego pelo que</u> lhe parece essencial.</p> <p>A frase acima permanecerá correta caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) adverso nas - atração no que</p> <p>(B) imune com as - afinidade do que</p> <p>(C) contendor às - proximidade com o que</p> <p>(D) hostil às - afeição ao que</p> <p>(E) contrário das - inclinação do que</p>
<p>7. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:</p> <p>(A) O que há de mais terrível nas cenas de violência transmitidas pela TV estão nas reações de indiferença de alguns espectadores.</p> <p>(B) Não se devem responder aos sacrifícios humanos com o cinismo de quem se julga superior.</p> <p>(C) Não se levante contra o pessimista as acusações de imobilismo moral e inseqüência política.</p> <p>(D) Ainda que não houvessem outras razões, o surdo idealismo dos pessimistas bastaria para os aceitarmos.</p> <p>(E) Os otimistas não julguem os pessimistas, nem estes àqueles, pois ambos convergem para alguma forma de idealismo.</p>	<p>11. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) O marido enciumado conviu, por fim, em depor a arma e libertar a esposa, a quem vinha ameaçando diante das câmeras.</p> <p>(B) Seria preciso que se revissem os parâmetros éticos de alguns violentos noticiários que vêm assolando a programação da TV.</p> <p>(C) Serão bem-vindas todas as iniciativas que se proporem a melhorar a qualidade dos noticiários de TV.</p> <p>(D) A independência que os habitantes do Timor Leste obteram foi reconhecida pela ONU; espera-se que venha a consolidar-se.</p> <p>(E) Se um otimista não se conter, sua expectativa de êxtase cresce tanto que ele acaba por se juntar aos pessimistas.</p>
<p>8. O elemento sublinhado em</p> <p>(A) (...) <i>otimistas e pessimistas a um tempo</i> exclui a possibilidade de ambivalência. (6º parágrafo)</p> <p>(B) (...) <i>compelidos a agarrar-se a ela</i> refere-se ao antecedente escuridão. (4º parágrafo)</p> <p>(C) (...) <i>otimismo que também está em mim</i> exclui o antecedente pessimismo. (1º parágrafo)</p> <p>(D) (...) <i>deixe-me fundamentar este</i> refere-se ao antecedente prazer. (1º parágrafo)</p> <p>(E) <i>Mas é também verdadeira</i> (...) refere-se ao antecedente frase. (5º parágrafo)</p>	<p>12. Está inteiramente clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) O Brasil é um país que sucita posições extremadas; ele inclui tanto a admiração como a depreciação, entre os brasileiros.</p> <p>(B) Ora parece que a humanidade não tem jeito, e vice-versa; nesses dilemas entre otimismo e o pessimismo vivemos todos.</p> <p>(C) Muitos homens se valem da crença religiosa para se auto-sacrificarem em protesto político, em cujo também morrem vários inocentes.</p> <p>(D) Não obstante o pessimismo, os otimistas também podem ter momentos em que se manifestam em meio à uma grande insatisfação.</p> <p>(E) Com a irônica frase final, o autor do texto sugere que o pessimismo e o otimismo podem ser considerados simples variações do nosso humor.</p>

<p>13. No fragmento do blog citado no texto, as expressões <i>via de regra e por outro lado</i> estão empregadas, respectivamente, com o sentido de</p> <p>(A) rigorosamente - ainda assim (B) habitualmente - por sua vez (C) invariavelmente - tanto assim que (D) indiscutivelmente - de outro modo (E) esporadicamente - haja vista que</p>	<p>17. Está correta a forma de ambos os elementos sublinhados na frase:</p> <p>(A) Ela não nos disse <u>por que</u> razão tornou-se uma otimista; e se ela tornar ao seu pessimismo, será que nos explicará <u>por quê</u>?</p> <p>(B) A razão <u>porque</u> muitos se tornam pessimistas está no mundo violento de hoje; <u>por que</u> outra razão haveriam de se desenganar?</p> <p>(C) “<u>Por que</u> sim”: eis como respondem os mais impacientes, quando lhes perguntamos <u>porque</u>, de repente, se tornaram otimistas.</p> <p>(D) Sem mais nem <u>porquê</u>, ele passou a ver o mundo com outros olhos, dizendo que isso aconteceu <u>por que</u> encontrara a verdade na religião.</p> <p>(E) Não sei o <u>por que</u> do seu pessimismo; <u>porque</u> você não me explica?</p>
<p>14. A frase cuja pontuação está inteiramente correta é:</p> <p>(A) Momentos de extrema felicidade, sabe-se, costumam ser raros e efêmeros; por isso, há quem busque tirar o máximo proveito de acreditar neles e antegozá-los.</p> <p>(B) É muito comum que as pessoas valendo-se do senso comum, vejam o pessimismo e o otimismo como simples oposições: no entanto, não é esta a posição do autor do texto.</p> <p>(C) Talvez, se não houvesse a expectativa da suprema felicidade, também não haveria razão para sermos pessimistas, ou otimistas, eis uma sugestão, das entrelinhas do texto.</p> <p>(D) O autor nos conta que outro dia, interessou-se por um fragmento de um blog; e o transcreveu para melhor explicar a relação entre otimismo e pessimismo.</p> <p>(E) Quem acredita que o pessimismo é irreversível, não observa que, na vida, há surpresas e espantos que deveriam nos ensinar algo, sobre a constante imprevisibilidade de tudo.</p>	<p>18. Todas as palavras estão corretamente grafadas na frase:</p> <p>(A) Ela não crê em rixa, mas em complementaridade entre o pessimismo e o otimismo, admitindo, assim, flexibilização das sensações humanas.</p> <p>(B) As sensações espectantes produzem, entre os mais pessimistas, muito temor, e entre os otimistas, uma gososa, deleitosa ansiedade.</p> <p>(C) Algumas pessoas não admitem hesitação ou abstenção, quando nos inquirim: você se arroula entre os pessimistas ou entre os otimistas?</p> <p>(D) Em tese, não se deve privilegiar o otimismo ou o pessimismo; esses humores não reinvidicam, por si mesmos, nenhuma hegemonia.</p> <p>(E) O autor do texto se apoia na tese segundo a qual não se deve discriminar em definitivo entre o pessimismo e o otimismo.</p>
<p>15. (...) em seu <i>deslumbramento</i>, os <i>otimistas</i>, que <i>diante de tudo se ofuscam</i>, a <i>nada se apegam</i>.</p> <p>Mantêm-se as articulações lógicas da frase acima nesta outra redação:</p> <p>(A) A nada se apegam, em seu deslumbramento, os otimistas, conquanto se ofuscam com tudo.</p> <p>(B) Os otimistas, em seu deslumbramento, a nada se apegam, para que diante de tudo se ofusquem.</p> <p>(C) Diante de tudo se ofuscam os otimistas, em seu deslumbramento, e a nada se apegam.</p> <p>(D) Mesmo quando se ofuscam diante de tudo, em seu deslumbramento, os otimistas a nada se apegam.</p> <p>(E) Em seu deslumbramento, diante de tudo se ofuscam os otimistas quando a nada se apegam.</p>	<p>19. Há rigorosa observância das normas que determinam o uso do sinal de crase em:</p> <p>(A) A medida que afere o otimismo pode também avaliar o pessimismo, pois àquela ou à esta sensação corresponde alguma dose de idealismo.</p> <p>(B) O texto não nos leva à paradoxos gratuitos, mas à necessidade de reconhecer uma intersecção entre o otimismo e o pessimismo.</p> <p>(C) Cabe às pessoas decidir, à cada experiência, se lhes convém entregar-se à determinada sensação, a determinado humor.</p> <p>(D) O otimismo não fica à léguas do pessimismo; tendem ambos à convergir, conforme comprovam nossas próprias experiências.</p> <p>(E) Não assiste às ciências positivas o direito de aspirar à definição cabal da fronteira entre o pessimismo e o otimismo.</p>
<p>16. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:</p> <p>(A) Nem bem o autor acabou de ler o texto daquele blog e encontrara nele idéias que se assemelhassem às suas.</p> <p>(B) Se todos fossem otimistas de coração, não haverá razão para que se lamente o pessimismo que se aloje na consciência.</p> <p>(C) Por mais que o autor insistiu em sua tese, eu não deixava de manter a clássica divisão entre pessimistas e otimistas.</p> <p>(D) Se o marido continuasse a insistir em ameaçar a esposa que julgasse trai-lo, certamente os policiais terão tomado enérgicas providências.</p> <p>(E) Uma vez transmitida a notícia de que o presidente do pequeno país asiático sofrera um atentado, houve grandes e indignados protestos.</p>	<p>20. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do plural para preencher corretamente a frase:</p> <p>(A) As razões a que se (apegar) o maior dos pessimistas podem ser análogas às do maior otimista.</p> <p>(B) Se lhes (convir) preferir os pessimistas aos otimistas, aceitemos o fato.</p> <p>(C) Para as pessoas mais sensatas, (implicar) sérios riscos a drástica divisão entre pessimistas e otimistas.</p> <p>(D) A qualquer pessoa (poder) ocorrer, neste tempo de radicalismos, argumentos em favor da mais pessimista expectativa histórica.</p> <p>(E) Aos velhos cétricos não se (costumar) associar, em geral, senão o pessimismo impenitente dos que muito se amarguraram.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Sobre o abuso de poder, considere:

- I. Ocorre quando a autoridade, embora competente para praticar o ato, ultrapassa os limites de suas atribuições ou se desvia das suas finalidades administrativas.
- II. O abuso de poder só pode ocorrer na forma comissiva, nunca na omissiva.
- III. Desvio de finalidade não caracteriza abuso de poder.
- IV. O desvio de finalidade ou de poder ocorre quando a autoridade, atuando fora dos limites da sua competência, pratica o ato com fins diversos dos objetivados pela lei ou exigidos pelo interesse público.
- V. O excesso de poder ocorre quando a autoridade, embora competente para praticar o ato, vai além do permitido e exorbita no uso das suas faculdades administrativas.

Está correto o que contém APENAS em

- (A) I e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) II e V.
- (E) III, IV e V.

22. Sobre os bens públicos, é correto afirmar que os bens

- (A) do domínio público são os que se destinam especialmente à execução dos serviços públicos e não podem ser alienados.
- (B) dominiais, ou dominicais, por integrarem o patrimônio público, não podem ser alienados pela Administração Pública.
- (C) dominiais, ou dominicais, são bens pertencentes ao patrimônio disponível da Administração Pública e podem ser alienados.
- (D) de uso especial são restritos aos destinados às instalações do Poder Judiciário.
- (E) de uso comum e os de uso especial não podem ser vendidos mesmo se forem desafetados.

23. Sobre dispensa e inexigibilidade de licitação, é certo que,

- (A) a dispensa de licitação ocorre ante a impossibilidade de competição.
- (B) a inexigibilidade decorre da impossibilidade de competição.
- (C) as causas de dispensa de licitação previstas na legislação são meramente exemplificativas.
- (D) a alienação de bens imóveis da Administração adquiridos por meio de dação em pagamento pode ser feita com dispensa de licitação.
- (E) para a compra de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de localização condicionem a sua escolha, sendo o preço compatível com o mercado, é inexigível a licitação.

24. O prazo para defesa na aplicação da sanção de “declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública” é de

- (A) 05 (cinco) dias.
- (B) 07 (sete) dias.
- (C) 10 (dez) dias.
- (D) 15 (quinze) dias.
- (E) 30 (trinta) dias.

25. Para o julgamento e classificação das propostas no prego, será adotado o critério de

- (A) melhor qualidade do produto ou serviço.
- (B) menor prazo de entrega.
- (C) melhor técnica.
- (D) técnica e preço.
- (E) menor preço.

26. Para os fins da Lei nº 8.112 de 11.12.1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, analise:

- I. Interesse da Administração; equivalência de vencimentos; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade; e especialidade ou habilitação profissional.
- II. Assiduidade; disciplina; capacidade de iniciativa; produtividade; e responsabilidade.
- III. Retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, decorrente de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.
- IV. Modalidade consistente em pedido de deslocamento do servidor, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

Tais situações dizem respeito, respectivamente, aos institutos seguintes:

- (A) investidura; substituição; reversão; e remoção.
- (B) nomeação; promoção; estabilidade; redistribuição.
- (C) substituição; estabilidade; estágio probatório; transferência.
- (D) redistribuição; estágio probatório; recondução; e remoção.
- (E) provimento; estágio probatório; reintegração; e aproveitamento.

27. Nos casos em que o pagamento indevido ao servidor ativo, aposentado ou pensionista, houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição ao erário será feita
- (A) imediatamente, em uma única parcela.
 - (B) em parcelas, desde que o servidor seja estável.
 - (C) parceladamente, no máximo de 90 (noventa) dias.
 - (D) imediatamente ou em parcelas, a critério da Administração.
 - (E) em parcelas, proporcional à remuneração do servidor.

28. Segundo a Lei nº 9.784/99, no que diz respeito ao início do processo é INCORRETO afirmar:
- (A) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
 - (B) É lícito à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
 - (C) O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito.
 - (D) Os órgãos e entidades administrativas deverão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.
 - (E) Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

29. No tocante à instrução do processo, de acordo com a Lei nº 9.784/99, quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, no prazo máximo de
- (A) três dias.
 - (B) cinco dias.
 - (C) sete dias.
 - (D) dez dias.
 - (E) quinze dias.

30. Segundo a Lei nº 8.429/92, perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito. Nesse caso, independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, o responsável por esse ato de improbidade está sujeito à suspensão dos direitos políticos de
- (A) um a cinco anos.
 - (B) dois a três anos.
 - (C) cinco a sete anos.
 - (D) oito a dez anos.
 - (E) dez a quinze anos.

31. Em tema de direitos e deveres individuais e coletivos, considere:
- I. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em qualquer local, independentemente de autorização ou de prévio aviso à autoridade competente.
 - II. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
 - III. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
 - IV. Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
 - V. Dentre outras hipóteses, será concedida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

Estão corretas as que se encontram APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) I e IV.
- (E) I, III e V.

32. Dentre outros a Constituição Federal prevê como direito social a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo de anos para os trabalhadores, até o limite de anos do contrato de trabalho.

Para completar corretamente o texto, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) prescricional – três – urbanos e rurais – cinco – após a extinção
- (B) decadencial – três – urbanos – três – antes da extinção
- (C) prescricional - cinco – urbanos e rurais – dois – após a extinção
- (D) prescricional – cinco – rurais – dois – até a extinção
- (E) decadencial – cinco – urbanos e rurais – cinco – após a extinção

33. O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos, para concorrerem
- (A) a outros cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
 - (B) aos mesmos cargos, devem se licenciar dos respectivos mandatos até quatro meses antes do pleito.
 - (C) a outros cargos, devem se licenciar dos respectivos mandatos até três meses antes do registro da candidatura.
 - (D) aos mesmos cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos até cinco meses antes do registro da candidatura.
 - (E) a outros cargos, não precisam renunciar aos respectivos mandatos desde que registrada a candidatura até dois meses antes do pleito.

<p>34. Quanto ao Poder Executivo, considere:</p> <p>I. Será considerado eleito Presidente da República o candidato que obtiver a maioria simples de votos, computados os em branco e os nulos.</p> <p>II. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.</p> <p>III. O Vice-Presidente da República não poderá, sem licença do Senado Federal, ausentar-se do País por período superior a trinta dias, sob pena de perda do cargo.</p> <p>IV. Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte de candidato a Presidente da República, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.</p> <p>V. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos dois primeiros anos do mandato, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.</p> <p>Estão corretas as que se encontram APENAS em</p> <p>(A) I e V.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) II e V.</p>	<p>36. Prescreve em 3 anos a pretensão</p> <p>(A) de ressarcimento do enriquecimento sem causa.</p> <p>(B) de cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular.</p> <p>(C) do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.</p> <p>(D) dos hospedeiros para o pagamento da hospedagem.</p> <p>(E) dos fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento para o pagamento dos alimentos.</p>
<p>35. Em relação ao tratamento constitucional do Ministério Público, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>(B) seus membros são inamovíveis, salvo motivo de interesse público ou administrativo, mediante decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, pelo voto da maioria simples de seus membros.</p> <p>(C) tem como funções institucionais, dentre outras, a de promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.</p> <p>(D) os Procuradores-Gerais nos Estados poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.</p> <p>(E) tem como princípios institucionais, a indivisibilidade e a independência funcional, assegurada a sua autonomia funcional e administrativa.</p>	<p>37. A respeito da evicção, nos contratos onerosos, é correto afirmar que</p> <p>(A) o alienante responde pela evicção mesmo se a aquisição tiver se realizado em hasta pública.</p> <p>(B) as partes não podem, por cláusula expressa, reforçar a responsabilidade pela evicção.</p> <p>(C) não subsiste para o alienante essa obrigação, se a coisa alienada estiver deteriorada, mesmo havendo dolo do adquirente.</p> <p>(D) o adquirente pode demandar pela evicção mesmo sabendo que a coisa era litigiosa.</p> <p>(E) as partes não podem, por cláusula expressa, excluir a responsabilidade pela evicção.</p>
	<p>38. A respeito do pagamento, considere:</p> <p>I. O credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, se for mais valiosa.</p> <p>II. O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido ainda provado depois que não era credor.</p> <p>III. É lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.</p> <p>Está correto o que se afirma, APENAS, em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>
	<p>39. No que concerne à liquidação de sentença, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em regra, do requerimento de liquidação de sentença será a parte citada e intimada pessoalmente.</p> <p>(B) A liquidação não poderá ser requerida na pendência de recurso.</p> <p>(C) Far-se-á a liquidação por artigos quando determinado pela sentença ou convencionado entre as partes.</p> <p>(D) Far-se-á a liquidação por arbitramento, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.</p> <p>(E) Da decisão de liquidação caberá agravo de instrumento.</p>

<p>40. Considere as seguintes assertivas sobre a prova testemunhal:</p> <p>I. É suspeito para depor como testemunha aquele que assista ou tenha assistido as partes.</p> <p>II. A testemunha não é obrigada a depor sobre fatos que acarretam grave dano aos seus parentes na linha colateral em segundo grau.</p> <p>III. Se o Juiz da causa for arrolado como testemunha e nada souber, mandará excluir o seu nome.</p> <p>IV. O Juiz poderá ordenar de ofício a inquirição de testemunhas referidas nas declarações da parte ou das testemunhas.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I, II e III. (B) II e III. (C) II, III e IV. (D) I, III e IV. (E) I e III.</p>	<p>43. No que concerne ao recurso de apelação, é certo que</p> <p>(A) após apresentada a resposta pelo apelado o juiz não poderá reexaminar os pressupostos de admissibilidade do recurso.</p> <p>(B) o juiz poderá relevar a pena de deserção, provando o apelante justo impedimento, podendo o apelado apresentar recurso de agravo de instrumento contra esta decisão.</p> <p>(C) as questões de fato, não propostas no juízo inferior, não poderão, em nenhuma hipótese, ser suscitadas na apelação.</p> <p>(D) o Tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes, constatando a ocorrência de nulidade insanável.</p> <p>(E) o juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.</p>
<p>41. Os Embargos do Devedor, nas execuções de título extrajudicial, de acordo com o Código de Processo Civil, serão oferecidos no prazo de</p> <p>(A) 10 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de penhora.</p> <p>(B) 10 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, independentemente de penhora, caução ou depósito.</p> <p>(C) 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, independentemente de penhora, caução ou depósito.</p> <p>(D) 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de penhora.</p> <p>(E) 30 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, independentemente de penhora, caução ou depósito.</p>	<p>44. No que se refere à Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/80) é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o executado será citado para, no prazo de cinco dias, pagar a dívida com os juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.</p> <p>(B) somente o depósito em dinheiro em banco oficial e a fiança bancária, nos termos estabelecidos em lei, cessam a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora do débito tributário.</p> <p>(C) rejeitados os embargos, no caso de garantia prestada por terceiro, será ele intimado, sob pena de contra ele prosseguir a execução nos próprios autos, para, no prazo de quinze dias, remir o bem, se a garantia for real.</p> <p>(D) não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão argüidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.</p> <p>(E) o executado poderá oferecer embargos, no prazo de trinta dias, contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária, ou da intimação da penhora.</p>
<p>42. Considere as seguintes assertivas sobre o cumprimento da sentença:</p> <p>I. A impugnação pode ser oferecida pelo executado no prazo máximo de dez dias, a partir da intimação do auto de penhora e de avaliação.</p> <p>II. Na hipótese de cumprimento da sentença perante o juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição, o exequente poderá optar pelo local onde se encontram bens sujeitos à expropriação ou pelo do atual domicílio do executado.</p> <p>III. A decisão que resolver a impugnação será sempre recorrível mediante agravo de instrumento.</p> <p>IV. A impugnação apresentada pelo executado, baseada em excesso de execução, sem indicação do valor que entende correto, deve ser rejeitada liminarmente.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil, é correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I, II e IV. (B) II e IV. (C) I, III e IV. (D) I, II e III. (E) I e III.</p>	<p>45. José na janela da empresa em que seu desafeto Pedro trabalhava, gritou em altos bravos que o mesmo era “traficante de entorpecentes”. Nesse caso, José cometeu crime de</p> <p>(A) calúnia.</p> <p>(B) injúria.</p> <p>(C) difamação.</p> <p>(D) denunciação caluniosa.</p> <p>(E) falsa comunicação de crime.</p>

46. A respeito da imputabilidade penal, é correto afirmar:

- (A) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (B) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (C) É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação da saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não possuía a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (D) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (E) A pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

47. João alterou documento verdadeiro emanado de entidade paraestatal. João responderá por crime de

- (A) falsificação de documento público.
- (B) falsificação de documento particular.
- (C) falsidade ideológica.
- (D) falsificação de selo ou sinal público.
- (E) supressão de documento.

48. Considere:

- I. Extorsão mediante seqüestro.
- II. Peculato.
- III. Epidemia com resultado de morte.
- IV. Moeda falsa.

São crimes hediondos os indicados, APENAS, em

- (A) II, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.

49. A denúncia deve

- (A) ser sempre escrita, inclusive quando do início da ação penal privada.
- (B) estar necessariamente embasada em inquérito policial.
- (C) conter obrigatoriamente o rol das testemunhas de acusação.
- (D) descrever o fato criminoso com todas as suas circunstâncias.
- (E) ser recebida ainda que já estiver extinta a punibilidade.

50. Considere:

- I. Ministros de Estado.
- II. Governadores de Estados.
- III. Membros dos Tribunais Regionais Federais.
- IV. Membros do Congresso Nacional.
- V. Procurador Geral da República.

Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, as autoridades indicadas APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) IV e V.
- (E) I e IV.

51. A respeito da prisão em flagrante, é correto afirmar que

- (A) não pode ser feita por qualquer do povo, mas apenas pelas autoridades policiais e seus agentes.
- (B) se considera em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.
- (C) para a lavratura do respectivo auto, é necessária a existência de pelo menos duas testemunhas da infração.
- (D) o preso, por razões de segurança, não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
- (E) a pessoa presa em tal situação não tem direito à liberdade provisória, por ter essa custódia cautelar natureza diversa da prisão preventiva.

52. Dentre outras hipóteses legais, caberá apelação da decisão

- (A) que relaxar prisão em flagrante.
- (B) que concluir pela incompetência do juízo.
- (C) que julgar extinta a punibilidade.
- (D) do Tribunal do Júri, quando ocorrer nulidade posterior à pronúncia.
- (E) que não receber a queixa.

53. Quando a ação penal for privativa do ofendido,

- (A) não cabe ao Ministério Público velar pela sua indivisibilidade.
- (B) não cabe ao Ministério Público intervir nos atos e termos do processo.
- (C) a queixa não poderá ser aditada pelo Ministério Público.
- (D) o perdão concedido a um dos querelados não aproveitará os demais.
- (E) a queixa poderá ser dada por procurador com poderes especiais.

<p>54. A respeito do processo referente a infrações de menor potencial ofensivo perante o Juizado Especial Criminal, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) os embargos de declaração, quando opostos contra sentença, suspenderão o prazo para o recurso.</p> <p>(B) a competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.</p> <p>(C) o procedimento sumaríssimo pode ser instaurado por denúncia oral oferecida pelo Ministério Público.</p> <p>(D) a sentença deverá mencionar os elementos de convicção do juiz, dispensado, porém, o relatório.</p> <p>(E) o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica na decadência desse direito.</p>	<p>57. No que se refere às hipóteses de suspensão da exigibilidade e à exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Não é admitida a concessão da moratória em caráter geral, porque nesse caso é aplicável a anistia.</p> <p>(B) A moratória pode ser concedida em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.</p> <p>(C) A isenção é sempre extensiva às taxas, contribuições de melhoria e aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.</p> <p>(D) O depósito integral do valor do tributo deve ser feito em juízo, não se admitindo perante a Administração Fazendária.</p> <p>(E) O despacho concessivo da anistia gera direito adquirido, é definitivo, não podendo mais ser revogado.</p>
<p>55. No que diz respeito à repartição das receitas tributárias, é certo que</p> <p>(A) pertencem aos Municípios trinta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.</p> <p>(B) pertencem aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios, vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da sua competência tributária residual.</p> <p>(C) a nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a quinze por cento do montante a que se refere a partilha do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, vedada a distribuição excedente.</p> <p>(D) a União entregará, do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.</p> <p>(E) a União entregará, do produto da arrecadação de intervenção no domínio econômico, relativamente às atividades de comercialização de petróleo e seus derivados, vinte por cento para os Estados, Distrito Federal e Municípios.</p>	<p>58. Mário deixou de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes no prazo e forma legal. Após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, Mário efetuou o pagamento da contribuição social previdenciária acrescida de seus acessórios. Neste caso, de acordo com o Código Penal Brasileiro,</p> <p>(A) Mário terá direito apenas à redução da pena, uma vez que a ação fiscal já havia se iniciado.</p> <p>(B) será extinta a punibilidade de Mário, por expressa determinação legal prevista no Código Penal.</p> <p>(C) o juiz poderá aplicar somente a pena de multa se o Mário for primário e tiver bons antecedentes, mas não poderá deixar de aplicar a pena.</p> <p>(D) é facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o Mário for primário e tiver bons antecedentes.</p> <p>(E) o juiz deverá aplicar a pena de detenção de dois a cinco anos, uma vez que a ação fiscal já havia se iniciado.</p>
<p>56. É correto afirmar que o imposto sobre</p> <p>(A) renda ou proventos de qualquer natureza tem como sujeito passivo a pessoa física ou jurídica que registra acréscimos em seu patrimônio, mas não aquela que tem a obrigação de reter o imposto na fonte.</p> <p>(B) importação de produtos estrangeiros incide em relação a produtos determinados, e desde que previstos no Código Tributário Nacional, estando sujeito ao princípio da anterioridade.</p> <p>(C) exportação abrange os produtos nacionais ou nacionalizados, não está sujeito ao princípio da anterioridade, considerando também que não incide o imposto sobre produtos industrializados nos produtos destinados ao exterior.</p> <p>(D) propriedade territorial rural é de competência concorrente da União e Municípios, mas se instituído pela primeira deverá repassar vinte e cinco por cento para o respectivo Município.</p> <p>(E) operações financeiras (crédito, câmbio e seguro ou relativo a valores imobiliários) incide sobre o ouro, em qualquer situação, destinando-se cinquenta por cento para os Estados de origem.</p>	<p>59. De acordo com a Lei nº 8.231/91, em regra, mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições até</p> <p>(A) seis meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.</p> <p>(B) seis meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.</p> <p>(C) três meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.</p> <p>(D) seis meses após a cessação das contribuições, o segurado que estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.</p> <p>(E) doze meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.</p> <p>60. De acordo com a Lei nº 8.213/91, com relação ao salário família é correto afirmar:</p> <p>(A) A cota do salário-família não será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou ao benefício.</p> <p>(B) O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, inclusive ao doméstico, na proporção do respectivo número de filhos.</p> <p>(C) O aposentado por invalidez não terá direito ao salário-família, uma vez que já recebe a respectiva aposentadoria.</p> <p>(D) Quando o pagamento do salário não for mensal, o salário-família será obrigatoriamente pago semanalmente.</p> <p>(E) A empresa conservará durante quinze anos os comprovantes dos pagamentos do salário família para exame pela fiscalização da Previdência Social.</p>

